

## ESPECIAL

Rio de Janeiro — Domingo, 18 de setembro de 1983

600 - Brasil

## EM BUSCA DOS PONTOS MÍNIMOS PARA UM CONSENSO

## UMA POLÍTICA PARA A CRISE

J. M. Vilar de Queiroz

QUALQUER comentário sobre a gravidade da atual crise brasileira é totalmente desnecessário, tal a evidência dos fatos. Mas não há dúvida de que há uma superexitação de todos os lados, que tolida a compreensão dos fenômenos e as perspectivas de solução. De um lado, o Governo persiste com métodos incompatíveis com os benefícios da abertura democrática; com insensibilidade para os limites da explosão social, no sufoco das classes menos favorecidas e na ampliação das faixas de pobreza e miséria; com indiferença à mediocridade, à incompetência e à impunidade.

De outro lado, as forças políticas, sensíveis à manipulação de personalistas, de radicais ou de teóricos ultrapassados, exacerbam os fatores e aspectos negativos, num momento em que a dimensão da crise demandaria postura mais patriótica de sua parte. Por sua vez, a imprensa parece tomada da síndrome de Watergate, procurando ver escândalo em cada ato do Governo, tomado versões maliciosas por verdades e até, pela ampliação exagerada de deslizes, favorecendo a impunidade de seus autores.

A falta de coesão no tecido social, o divórcio de objetivos entre Governo e segmentos da sociedade, a ausência de um sentimento generalizado de solidariedade, o aguçamento das desconfianças entre camadas da população desigualmente atingidas pela crise econômica e pelo aprofundamento das diferenças de renda, tudo isso dificulta sobremaneira a superação das dificuldades. Paradoxalmente, o Brasil, que tem potencialidades mais que outros de superar a crise, é o que se encontra mais afundado nela, sem horizontes claros pela frente. E, no entanto, bem poderia ser diferente!

Veja-se a crise política. Na sua estratégia de transição para a democracia, o Sistema estabeleceu as regras do jogo para controlar o processo sucessório de 1985, sem passar o Governo às mãos revanchistas da Oposição. Tudo está assegurado dentro de um ritual mínimo de democracia, via eleição indireta, onde todos os candidatos são revolucionários e confiáveis ao Sistema. Acontece que se engendra uma crise artificial, com ameaças à lei fundamental da vontade da maioria, mesmo no âmbito do ritual escolhido, só porque o candidato A ou o candidato B não são do gosto de alguns barões da República ou do Governo. Se queremos uma democracia, não podemos fugir da técnica do convencimento e da lei da maioria.

No que tange à crise econômica, a ineficácia das políticas vem mais da falta de aceitação e apoio de toda a sociedade, fruto dos processos de decisão e imposição que afastam ou dividem, ao invés de mobilizar, as forças vivas da Nação.

O momento é extremamente difícil, mas não há por que desesperar. É preciso, antes de tudo, serenar os ânimos, medicar a superexitação. Governo, forças políticas, imprensa, classe burguesa e classe assalariada precisam atenuar inflexibilidades e buscar juntos o interesse maior do País. Buscar os pontos mínimos de um consenso pela salvação do Brasil, para evitarmos o destino de outras nações também dotadas, mas que, por desagregação social e política, estragaram suas oportunidades.

No entanto, o mais difícil para se chegar a um certo consenso, ou para se obter o apoio decidido da maioria da sociedade, é que não há convergência nem conciliação entre as propostas e receituários apresentados. Governo, empresários, partidos políticos, economistas das diversas escolas não chegam a um acordo mínimo sobre a estratégia a seguir. É necessário, então, tentar-se um Programa que possa suscitar, pelo convencimento, uma base mais ampla de entendimento, diante da dramaticidade da crise. Esse Programa poderia incluir, entre seus pontos principais, (1) uma política de crescimento, (2) uma política de rendas, (3) a renegociação definitiva da dívida externa (4) a gradual eliminação dos pontos-de-estragulamento estruturais e (5) um projeto nacional. Vejamos por partes.

## 1. Política de crescimento

SERIA insensato pedir agora que o Governo mudasse radicalmente sua estratégia econômica, quando, em qualquer circunstância, ele tem de resolver o impasse da dívida externa e quebrar a tendência da hiperinflação, para isso tendo de corrigir o enorme déficit público. Mas, o que assusta é que, quanto mais ele se esforça nesse sentido, inclusive provocando uma recessão que já ultrapassou dois anos, mais sobe a inflação. Isso prova que algo está errado na estratégia ou na manipulação dos instrumentos.

Talvez não seja correto, do ponto de vista teórico, chamar-se de monetarista a política governamental, quando a expansão monetária, embora sempre elevada, se tem situado abaixo das taxas de inflação registradas. Mas não há dúvida de que a inspiração é monetarista e as medidas de contenção do crédito ou de restrição da liquidez vão naquele sentido. Ora, acontece que a solução monetarista causa sérios problemas até nas economias desenvolvidas, como nos Estados Unidos e na Inglaterra. E já suscita sérias dúvidas, porque todos estão convencidos de que a massa monetária tem grande significação para a performance da economia, mas há grande incerteza teórica e prática sobre o modo preciso pelo qual o dinheiro afeta a atividade econômica. O problema ficou mais enigmático nos últimos anos de experimentação monetarista nos Estados Unidos (1979-1982), quando se verificou que a relação entre o suprimento monetário e a renda perdeu sua coesão, como resultado da reação das pessoas e firmas ao impacto financeiro das altas taxas de juros.

Isso porque estas taxas levam os possuidores de



*"O Brasil, que tem potencialidades mais que outros para superar a crise, é o que se encontra mais afundado nela, sem horizontes claros pela frente. E, no entanto, bem poderia ser diferente."*

fundos a correrem para aplicá-los em papéis financeiros de alta rentabilidade, deslocando a demanda de moeda e erodindo, assim, as bases do controle monetário estreito (de M1). A lição que se tirou da recente experiência americana foi a de que a demanda de moeda é muito menos estável do que pensavam os advogados do monetarismo; também a de que, se não houver pronta ação das autoridades monetárias quanto aos deslocamentos das aplicações financeiras, o único resultado é a elevação das taxas de juros.

Foi por aí que o mestre Nicholas Kaldor, em seu último livro (*The Scourge of Monetarism*), se permitiu desancar Milton Friedman e o monetarismo, classificando a este de flagelo teórico sem base científica e demonstrando que não há correte entre a moeda e os outros ativos financeiros. Kaldor atribui pouca importância relativa à política monetária, ao dizer: "a política monetária pode ajudar, mas é só isso".

Mais do que as dificuldades de manejo das técnicas monetaristas, o que as tornam inadequadas são os altos custos sociais. A experiência recente mostra que uma política monetária restritiva pode agravar simultaneamente a inflação e o desemprego. Por isso, se vem advogando que uma política econômica expansionista é a única válida para, ao mesmo tempo, combater o desemprego e reduzir a inflação. Entende-se que não se trata de uma política expansionista conjuntural, mas sim de uma *política de crescimento*. Ela consiste em determinar uma meta de crescimento da renda real a médio ou longo prazo e fazer convergir para isso todos os instrumentos de política econômica, inclusive a fiscal e orçamentária.

A política de investimentos públicos deverá desempenhar o papel de motor, no início do programa, desde que orientada para tipos de investimento público com efeitos positivos para o setor privado,

ou seja, que visem a reduzir o custo direto do funcionamento daquele setor. Para isso, ela será tanto mais eficaz quanto incidir favoravelmente nos custos do trabalho e do capital, como, por exemplo, quando caminhar no sentido da redução, e não dos aumentos (!), dos encargos sociais e da redução significativa das taxas de juros.

Poder-se-ia alegar que tal política aumentaria o déficit orçamentário e, portanto, a inflação. Muito ao contrário, a diminuição do desemprego e uma taxa mais alta de crescimento provocam receitas fiscais e parafiscais e diminuem certas despesas de transferências. Está hoje comprovado que uma redução da despesa pública não conduz necessariamente a uma redução do déficit orçamentário, se ela se acompanhar de uma redução do nível de atividade.

O fantasma das despesas públicas deve ser repensado. Segundo a OCDE, a redução da atividade econômica no conjunto dos países europeus, em 1975, provocou forte crescimento dessas despesas, com um aumento de quatro pontos na sua relação com o PIB desses países. Quanto mais se provoca recessão para combater a inflação, mais se agrava o déficit público e o setor privado é comprimido, porque o Governo vai captar mais recursos no mercado. O normal e sadio é que se aumentem as despesas públicas de forma a reduzir o déficit público. Porque há uma interdependência entre o crescimento do Produto e crescimento das despesas públicas, pela natureza múltipla das necessidades de reativação, de incentivos, de investimentos de infraestrutura, de educação, de saúde etc. Nos países do Mercado Comum Europeu, as despesas públicas, como percentagem do PIB, cresceram progressivamente de 32,6% em 1958 até 47,1% em 1982.

O trade-off ou opção entre recessão e política de crescimento deve ser nitidamente em favor da se-

gunda, mormente em casos como o do Brasil. Temos de fixar uma meta de crescimento anual de 6%, a despeito de todos os constrangimentos que estamos experimentando. Isso nos ajudará a sair do buraco com muito mais facilidade em termos de inflação, de reajuste externo e de emprego. Em 1964, impusemos duramente ao Fundo Monetário Internacional, muito mais ortodoxo do que hoje, a posição de que o Brasil só poderia combater a inflação elevada com uma política econômica *gradualista*, sem recessão, dada a sua estrutura econômica e social. Isso é muito mais válido agora, quando sobre nós se acrescentam as circunstâncias especiais e agravantes da dívida externa, de que somos apenas em parte culpados.

## 2. Política de rendas

O Governo vem executando, nos últimos três anos, uma política ortodoxa de contenção da demanda agregada, com o objetivo duplo de reduzir a taxa de inflação e o déficit de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos. Mas, infelizmente, essa política se revelou ineficiente para controlar a inflação e todo o peso da redução de demanda foi absorvido apenas pelo nível de atividade, com o país em recessão.

Vai, hoje, ficando evidente que, nas atuais circunstâncias internas e externas, não se poderá alcançar aqueles objetivos sem uma política de rendas, ou seja, sem uma política abrangente de controle de preços, salários e rendimentos. Aquela política de crescimento acima preconizada tem de acompanhar-se de uma política monetária cuidadosa e de uma política de rendas. Não é difícil entender a razão desta última. O constrangimento externo do petróleo e da dívida, forçando a redução do nível interno de atividade, faz cair necessariamente a renda nacional. Essa queda de renda será suportada por algum segmento da economia, dependendo da política seguida. Se houver controle de salários através da política salarial, a classe assalariada é que suportará a perda de renda real. Se houver controle de preços, cai o lucro unitário e a perda de renda recai sobre as empresas, podendo afetar a taxa de acumulação de capital da economia. Por isso, e por equidade social, impõe-se combinar os controles de preços e salários, para apressar o reajuste e atenuar os impactos.

A estratégia escolhida pelo Brasil, após a crise externa de 1973, foi a de combinar subsídio ao preço interno de energia com o recurso ao endividamento externo, gerando o impasse que conhecemos. O correto teria sido combinar desvalorização cambial com reajuste realista do preço interno da energia, reduções fiscais, incentivos e exportação e controle de preços e salários. Se não o fez, dificilmente escapará de fazê-lo em algum momento do futuro, como demonstram em esplêndido trabalho os economistas Francisco Lopes e Eduardo Modiano (em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, abril de 1983).

Todos sabem que a inflação brasileira tem múltiplas causas. É inútil pensar que, eliminando os subsídios creditícios, cortando o excesso de gastos públicos e contornando o descontrole da Dívida interna, se alcançará o saneamento financeiro. Tanto a visão monetarista, quanto a estruturalista, estão superadas pela constatação da conjugação nefasta de causas acidentais, conjunturais e estruturais na gênese inflacionária, com papel crucial das tensões sociais e disputas pela repartição da renda manifestadas nos reajustes salariais e nos preços estabelecidos pelas empresas. Isso tornou imperiosa uma política de rendas, ou controle de preços salários, que faça com que a demanda global e os custos caiam simultaneamente para quebrar as expectativas inflacionárias. Quem abandonar os gabinetes para percorrer nossas ruas logo perceberá o combustível psicológico que alimenta nossa hiperinflação: a corrida pelas reparações sem nenhuma base nos custos reais, a especulação desenfreada, a desorientação.

É confortante notar como já agora a adoção de uma política de rendas passa a ser advogada, embora timidamente, por várias correntes. Economistas de esquerda ou independentes se manifestam nesse sentido. O documento dos empresários (11.8.83), que antes reagiam violentamente a qualquer política de controle de preços, diz textualmente: "O patamar já atingido pela inflação recomenda a adoção de uma política de rendas que compatibilize os reajustes de preços e salários".

O Governo é que continua a aceitá-la, uns alegando a dificuldade de montar máquina administradora competente, outros (especialmente os militares) temerosos do risco de práticas de corrupção, como se para isso já não bastasse o aparato burocrático atual. Alega-se ainda que o Governo já disciplina os salários e controla alguns preços vitais, mas bem sabemos como este último expediente é precário e deficiente. Alguns economistas repudiam a política de rendas em nome do liberalismo e da livre empresa, ignorando que todos os países desenvolvidos e democráticos, à exceção da Alemanha, têm recorrido a políticas de controle de rendas nas duas últimas décadas toda vez que a inflação chega a níveis para eles perigosos (10%).

Os Estados Unidos a praticaram na gestão Kennedy e chegaram ao exagero do congelamento temporário de preços e salários no Governo Nixon, como em 1982 o fez o Governo socialista de Mitterrand. E Robert Heilbroner assim reproduziu um dos preceitos básicos da Nova Economia dos neo-keynesianos: "A única política capaz de controlar a inflação é uma política de rendas, como esforço

Continua na página 2